



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O OLHAR SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DAS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO: POR UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Autor (1) Ana Paula de Andrade Rocha Arnaud; Orientador (1) Prof. Dr. Cícero Nilton
Moreira da Silva

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) -
Campus Avançado "Profª. Maria Elisa de A. Maia (CAMEAM)
Departamento de Educação (DE) - Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE)
ppge.pferros@gmail.com/pferros@uern.br*

Resumo

As diretrizes curriculares para o ensino de história na educação básica buscam refletir sobre os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, mantendo uma relação entre o ato de ensinar e o de produzir o conhecimento histórico. Analisando a disciplina de história da década de 70 até os dias atuais percebem-se as mudanças ocorridas no currículo, passando de uma abordagem tradicional, com aulas expositivas e a memorização como mecanismo de aprendizagem e verdade absoluta; perpassando pelo ensino tecnicista voltado para a preparação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho; chegando à atualidade com uma dimensão ampla, de ensino integrado com as demais disciplinas das ciências humanas, destacando os aspectos da vida social e do papel do cidadão nas transformações do contexto da história. Assim, o referido artigo analisa a contribuição do ensino de história na reflexão dos valores de hoje, das transformações históricas e da formação de identidade com as antigas gerações de modo que atenda a demanda atual.

Palavras-chave: Aprendizagem, Currículo, História.

Introdução

Este artigo é reflexo de uma revisão de literatura, a partir das leituras realizadas no contexto da disciplina Ensino de Ciências Sociais na Educação Básica ministrada no Curso de Mestrado em Ensino, do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – *Campus* Pau dos Ferros – PPGE/UERN.

Esta pesquisa visa refletir sobre o ensino da disciplina de História no ensino médio, destacando sua historicidade ao longo dos tempos, conteúdos, metodologia e avaliação na perspectiva de uma aprendizagem significativa. É o que observa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) quando garante ao educando o pleno desenvolvimento, com a preparação básica para o trabalho e o efetivo exercício da cidadania.

Inicialmente é apresentado um breve panorama sobre a disciplina de história ao longo dos tempos, enfatizando o surgimento de novas perspectivas a partir das mudanças políticas, sociais e culturais. Logo depois, são abordados os conteúdos de história para o ensino médio, dando relevância à metodologia e à avaliação para uma aprendizagem significativa, que desenvolverá competências e habilidades necessárias ao final do ensino médio, tomando como base os parâmetros curriculares nacionais em ciências humanas e suas tecnologias.

Metodologia

Trabalho baseado numa pesquisa exploratória, através de uma revisão de literatura no Mestrado em Ensino do Programa de Pós-graduação em Ensino da UERN – *Campus* Pau dos Ferros, fruto das discussões na disciplina “Ensino de Ciências Sociais na Educação Básica”. Como referencial teórico, foram analisados os documentos norteadores do Ministério da Educação que regem o Ensino da disciplina de História com contribuições de CARVALHO (1997) e LUCKESI (2002).

Resultados e discussão

Na década de 1970, o ensino tradicional era preponderante na disciplina de história, com abordagem de fatos históricos, seus períodos e personagens apresentados de forma expositiva pelo professor que induzia os alunos a memorizarem datas, nomes e acontecimentos sem contestação ou reflexão sobre os fatos ora apresentados.

Em 1837 com a criação do Colégio D. Pedro II a disciplina de história passou a ser obrigatória e reconhecida como disciplina acadêmica no mesmo ano com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), através do qual seus componentes elaboraram os programas escolares, os manuais didáticos e o currículo.

Em 1901, o currículo do Colégio D. Pedro II foi alterado e foi proposto que a história do Brasil fizesse parte da cadeira de História Universal, na qual o conteúdo e o espaço ficou restrito e como era um assunto extenso, pouco era tratado pelos professores de história.

Com a criação da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 no governo de Getúlio Vargas, o conteúdo de história do Brasil retornou aos currículos escolares, restrito à elite que conseguia atingir esse nível de ensino, com o objetivo de reforçar o caráter linear e moral dos conteúdos da disciplina.

A partir de 1964, época da ditadura militar, o ensino de história continuou sendo narrado de forma linear, orientado no estudo de fontes oficiais, com destaque para os sujeitos, exemplos a serem seguidos, jamais contestados pelas novas gerações. Não existia espaço para a reflexão crítica, o objetivo era formar cidadãos que seguissem a organização da Pátria.

Em 1971, através da Lei nº 5.692, que fixava as diretrizes e bases da educação nacional, revogada mais tarde pela Lei nº 9.394/96, organizou-se o chamado primeiro grau em oito anos e o segundo grau como profissionalizante, em que o ensino visava à formação tecnicista, em busca de atender à demanda por mão de obra qualificada no



mercado de trabalho. Nesse momento, as disciplinas de ciências humanas perderam espaço no currículo, pois passaram a configurar o que definia o regime militar.

Após a absorção dessas medidas, o Estado queria ter um maior controle sobre os discentes, tirando a oportunidade de problematizar reflexões intelectuais, com uma prática docente centrada apenas na transmissão de conteúdos, de forma fragmentada nos livros e manuais da época. O aluno tinha de conhecer seus deveres com a Pátria e ver a disciplina de história de forma harmônica, através de seus heróis que iriam conquistar o progresso da nação.

No início dos anos 90 aumentaram os debates sobre as reformas na educação, momento que desencadeou novas propostas para o ensino da disciplina. A partir disso, surgiram materiais didáticos e propostas curriculares diferenciadas; a ausência de uma formação continuada nesse novo contexto causou a limitação dos docentes em adotarem a nova proposta de ensino em história.

Entre 1997 e 1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio organizaram o currículo por áreas do conhecimento e a disciplina de história estava dentro das ciências humanas e suas tecnologias. Nessa nova concepção da disciplina, não existe verdade acabada, o trabalho na disciplina é dialógico e considera qualquer hipótese igualmente válida.

Em 2011, através do parecer CNE/CEB nº 5/2011 foram aprovadas as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, as quais através da resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que devem ser adotadas em todas as formas e modalidades deste nível de ensino.

Ao longo da história, ao se discutir o currículo do ensino médio abre-se a possibilidade para questionar acerca dos conhecimentos específicos, os quais se apresentam de forma fragmentada, imutável e incomunicável entre si. Nesse contexto, exclui-se a possibilidade de integração entre determinadas ciências. Para tanto, tem surgido propostas de organizar o currículo como citado nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012):



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

[...] É uma rica variedade de denominações. Mencionam-se algumas dessas metodologias e estratégias, apenas a título de exemplo, sendo propostas que tratam da aprendizagem baseada em problemas; centros de interesses, núcleos ou complexos temáticos; elaboração de projetos, investigação do meio, aulas de campo, construção de protótipos, visitas técnicas, atividades artístico-culturais e desportivas, entre outras. (PCN para o Ensino Médio 2012, p.183)

Nesse sentido, há possibilidade de uma aprendizagem interdisciplinar, com articulação entre os conhecimentos, tratando de aspectos globais que venham romper com a desarticulação que historicamente tem organizado o currículo do Ensino Médio. Entretanto, essa aplicação encontra dificuldades, vez que cada componente curricular tem seu objeto próprio de estudo e seu método específico de abordagem.

Nessa nova abordagem, o ensino de história é inspirado na reflexão do funcionamento da sociedade, considerando os aspectos econômicos, sociais e culturais presentes no coletivo. Daí, a importância da aproximação da História e da Antropologia que abrange o conceito de cultura considerando não apenas as manifestações artísticas, mas as diferentes formas de comunicação criadas ao longo dos séculos.

Para a transmissão dos conteúdos de história é primordial o desenvolvimento do processo de leitura, para analisar e interpretar os acontecimentos do passado e do presente. Para os alunos do ensino médio, é importante reconhecer o papel do processo de leitura e interpretação de textos para compreensão das informações cotidianas, é essencial ler as entrelinhas para entender as transformações nos diversos períodos da história.

O ensino de história contribui para o fortalecimento da identidade, através das relações entre o passado e o futuro, bem como, na vivência com os grupos pessoais e coletivos, na formação da cidadania através dos grupos sociais e nas lutas de classes. A formação para cidadania depende de escolhas pedagógicas específicas que reflitam concepções históricas de diferentes épocas.

Desse modo, o trabalho diversificado englobando temas variados é um facilitador no processo de aprendizagem, como é colocado no PCN: Ciências Humanas e suas tecnologias:

[...] Trabalhar com temas variados em épocas diversas, de forma comparada e a partir de diferentes fontes e linguagens, constitui uma escolha pedagógica que pode contribuir de forma significativa para que os educandos desenvolvam competências e habilidades que lhes permitam aprender as várias durações temporais nas quais os diferentes sujeitos sociais desenvolveram ou desenvolvem suas ações, condição básica para que sejam identificadas as semelhanças, diferenças, mudanças e permanências existentes no processo histórico. (PCN para o Ensino Médio: Parte IV Ciências Humanas e Suas Tecnologias, 2012, p.26).

Portanto, a disciplina de história deverá desenvolver habilidades e competências ao final do ensino médio, divididas em três eixos: Representação e comunicação, investigação e compreensão e contextualização sociocultural, cada um desses com vários desdobramentos que podem ser consultados no documento citado anteriormente.

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996, que prima como finalidade da educação “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 2º), se faz necessária uma reflexão, mais especificamente da disciplina de história no ensino médio, acerca da qualidade e do atendimento das habilidades citadas. O ensino de história ainda é bastante tradicional, o livro didático é considerado por muitos profissionais como manual de ensino, e os exercícios de memorização como verificação de uma aprendizagem que não levam à reflexão, à discussão e ao crescimento do cidadão em seus aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos.

A abordagem da disciplina de história será significativa quando romper com o paradigma de narrar biografias, citar fatos, destacar datas; sua viabilidade será através

do trabalho com a História das Ciências, das Linguagens, das Técnicas, assim, com a absorção dos conhecimentos acontecerá à interpretação das ações sociais.

A tarefa de selecionar conteúdos significativos cabe ao professor, uma vez que ao identificar que não há possibilidade de abordar toda a história da humanidade, prioriza elementos que envolvem a cidadania, assuntos vivenciados pela sociedade e temas que carecem de uma atenção especial como: saúde, educação, discriminação, miséria.

Nos dias atuais o capitalismo toma um espaço muito grande na sociedade do consumo, na qual tem valor que tem mais bens e poder; nesse contexto, a disciplina de história, que vem estabelecer a ponte entre os acontecimentos passados e o presente, através da memória busca entender os fatos e construir uma identidade pautada na coletividade, contextualizando os acontecimentos da vida social de hoje com os de outrora, projetando o futuro.

A avaliação da aprendizagem deve ser desenvolvida pela escola tendo como base seu projeto político-pedagógico, com caráter educativo e qualitativo trará ao estudante um panorama de sua caminhada escolar e, ao professor, um panorama das facilidades e dificuldades do processo, desencadeando no replanejamento das atividades que proporcione a aprendizagem dos educandos.

Mais especificamente a avaliação do ensino de história procura uma relação entre o ensino dessa nova abordagem da disciplina e as práticas avaliativas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação não deve ser vista como instrumento de punição, ela não se resume à classificação através de notas, ao autoritarismo que exclui e afasta da escola aqueles que mais precisam estar nela.

Através do processo avaliativo a escola como um todo tem a oportunidade de delinear sua prática, é o que afirma Luckesi:

[...] para que a avaliação sirva à democratização do ensino, é preciso modificar a sua utilização de classificatória para diagnóstica. Ou seja, a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em



que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem (2002, p.81)

Quando o processo de avaliação tomar esse posicionamento, os alunos serão parte dele, haverá a possibilidade de retomada e socialização dos erros e acertos e do melhor caminho para a superação das dificuldades. Desse modo, não se estará reduzindo o papel do professor, mas ampliando as finalidades das práticas avaliativas, continuará cabendo ao professor o planejamento e a diversidade do processo avaliativo.

O professor pode adotar ainda a avaliação formativa que ocorre durante o processo pedagógico e visa retomar os objetivos de ensino propostos e avaliar a aprendizagem alcançada desde o início até o momento da avaliação. Por último, a avaliação somativa que possibilita ao professor fazer uma abordagem inicial dos objetivos e analisar se estão em consonância com o perfil dos alunos e com a metodologia.

Contudo, ao final da disciplina de história, os alunos devem ser capazes de identificar processos históricos e de reconhecer as relações de poder, com recursos para intervenções no meio em que vivem, sendo sujeitos da própria história.

Conclusão

Pelo exposto, é notável a importância do ensino de história na educação escolar, considerando toda sua historicidade e seus objetivos dos primórdios que primavam pela “conscientização” política, social e econômica da sociedade, com interesse em formar cidadãos que absorvessem e reproduzissem os costumes, os valores e as relações de poder, sem discussão ou perspectiva de mudança. A partir da década de 90 iniciam as discussões e as reformas na educação, com elaboração de materiais didáticos que rompiam com a história baseada em heróis que buscavam o progresso da nação.



Os conteúdos e as metodologias de ensino passaram por transformações, acarretando na história um processo mutável, dialógico, capaz de formar os processos de relações sociais através da interdisciplinaridade com a Antropologia, Filosofia e outras áreas, ficando ainda aquém na formação dos docentes que não acompanharam o processo por falta de formação continuada.

Para tanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vem comungar com o pleno desenvolvimento do educando, o exercício para a cidadania e a qualificação para o trabalho. Para esses moldes, o ensino de história deve perpassar o método de memorização, apresentação de fatos e heróis. A escola deve inovar nas práticas avaliativas, deixar de ser classificatória e excludente, transformando-se em um espaço de real crescimento intelectual e social.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Biblioteca Digital da Câmara**. 8. Ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br>>. Acesso em: 28 de agosto de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio**. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc>. Acesso em: 27 de agosto de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859>. Acesso em: 27 de agosto de 2015.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRASIL. Ministério da Educação. **PCN+ ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas Tecnologias.** Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 22 de agosto de 2015.

CARVALHO, Francisco Moreno de. **Ensino e Aprendizagem em história da ciência e da tecnologia para o ensino médio e profissional.** Brasília, DF, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.